

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA
DE MANOEL EMÍDIO, ESTADO DO PIAUÍ.

Recebi em 15/03/19

[Assinatura]

DOMINGAS PEREIRA DA SILVA NASCIMENTO, brasileira, viúva, lavradora, portadora do RG n.º 1.763.079 SSP/PI, inscrita no CPF sob n.º 039.465.053-09, residente e domiciliado na Rua Pedro Alvares Cabral, próximo à casa da juventude, Conjunto Marcos Antônio, município de Manoel Emídio/PI, por seus procuradores infra-assinado, mandato anexo, com endereço profissional na Av. 1.º de Maio, n.º 985, Altamira, na cidade de Manoel Emídio/PI, CEP: 64.875-000 vem respeitosamente perante Vossa Excelência, com fulcro na Lei n.º 6.194/74 e Decreto-Lei n.º 73/66, propor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam' o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, n.º 74 – 5.º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

1. DA JUSTIÇA GRATUITA

A demandante é pessoa pobre, não dispondo de condições econômicas para arcar com as custas processuais e os honorários advocatícios sem pôr em risco seu próprio sustento e de seus familiares, razão pela qual pugna, desde logo, pelos

[Assinatura]

benefícios da Justiça Gratuita, preconizados no art. 5º, inciso LXXIV, da CF/88 e no art. 1º, da Lei nº. 1.060/50.

2. DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO – Art. 319, inc. VII do CPC

Assevera a autora, que opta pela realização de audiência de conciliação nos exatos termos do inciso VII do art. 319 do Novo Código de processo Civil.

3. DOS FATOS

A Requerente é viúva de JOSÉ VICENTE ALVES GUEDES, falecido em 30 de outubro de 2017, por volta das 14h00min, quando estava pilotando uma moto HONDA/BROS 150 TITAN KS, e foi atingindo por veículo FORD RANGER de placa PIV 1883, conduzido pelo sr. FRANCISCO ADALBERTO NUNES, não resistindo aos ferimentos, vindo à óbito, conforme Certidão de óbito e relatório final do Inquérito Policial, que segue em anexo.

Vale destacar que a requerente manteve União Estável com o falecido desde 2007 até a data do óbito em 30/11/2017.

Além de sua companheira o e cujus deixou descendente, ESTER DOS SANTOS GUEDES, nascida em 10/05/1999, documentos pessoais anexo.

Salienta que o direito da autora, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, sendo lhe devido 50% do valor da indenização de 13.500,00 - cobertura morte, correspondente a R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais), sendo que os outros 50% é devido à filha do falecido, uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente a morte e prova de dependentes.

Excelência, diante do fato, seria devido o pagamento do prêmio segurado, na forma do Art. 3º, I, da lei nº. 6.194/74, o que foi negado administrativamente, sob alegação de NÃO RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, ora Excelência, segundo o dispositivo contido no art. 5º, da Lei 6.194/74, PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO BASTA SIMPLES PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE, devendo, então, o Segurado participante do Consórcio, efetivar o pagamento do seguro devido a vítima ou seus dependentes, uma vez já preenchidos todos os requisitos legais.

4. DO PRÉVIO PEDIDO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

Como dito alhures, a requerente com o intuito de receber as indenizações decorrentes do seguro DPVAT, requereu administrativamente junto a seguradora requerida a cobertura por Morte, conforme sinistro n.º 3170662495, os quais foram solicitados e acompanhados de toda a documentação necessária.

No caso em tela, a Requerente teve seu pedido de indenização negado sob argumento de NÃO RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, ora Excelência, a justificativa para negativa da requerida não merece prosperar, uma vez que a Requerente juntou toda a documentação exigida pela seguradora, comprovante através de **BOLETIM DE OCORRÊNCIA, CERTIDÃO DE ÓBITO, LAUDO DE EXAME CADAVERÍCO, DOCUMENTOS PESSOAIS DA VITIMA, DOCUMENTOS PESSOAIS DA COMPANHEIRA, PROVA DE COMPANHERISMO através de CADASTRO DA FAMÍLIA NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANOEL EMÍDIO**, que confirma que a autora e seu companheiro residiam juntos e tinha o mesmo domicílio, **DECLARAÇÃO DE HERDEIROS** e etc. Estando portando, satisfeito todos os critérios, para o recebimento do seguro.

5. DO DIREITO

A Autora tem sua pretensão respaldada na Lei n.º "6.194/74 que regula o pagamento das indenizações decorrentes de seguro obrigatório.

Assevera o art. 3º, II:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme os valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Conforme a documentação probatória, o nexo de causalidade entre o fato ocorrido (acidente e o dano dele decorrente são inequívocos, fazendo jus a Autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da lei n.º 6.194/74:

Art. 5º **O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente,** independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

O que não ocorreu, já que a autora teve seu direito legalmente garantido, negado pela seguradora ré.

Assim, tem-se evidenciado:

- a) PROVA DO ACIDENTE: Boletins de Ocorrências n.º 687/2018 e 563/2018 e inquérito policial n.º 30/2017.
- b) PROVA DO DANO DECORRENTE: Certidão de Óbito e Laudo do Exame Cadavérico;
- c) PROVA DO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRA: Comunicação do sinistro NEGADO;
- d) PROVA DE DEPENDENTES: Documentos pessoais da filha e de sua companheira.

Sendo assim, os documentos acostadas no pedido de indenização, suprem a prova necessária para demonstrar o nexo entre o acidente e o evento morte. Demonstrando assim, o direito da Requerente de receber a devida indenização do seguro obrigatório DPVAT, em decorrência da morte de seu companheiro, acrescentado de correção monetária e juros de mora a contar da citação.

5.1 DA COMPROVAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL



A Requerente, é companheira do falecido desde 2007 e fez juntada da **CERTIDÃO DE ÓBITO**, onde a mesma é declarante, **CADASTRO DA FAMÍLIA NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANOEL EMÍDIO**, que confirma que a autora e seu companheiro residiam juntos e tinha o mesmo domicílio, **DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**, onde a autora e o falecido estão declarados como **COMPANHEIROS, TERMO DE DEPOIMENTO**, colhida pela Delegacia de Polícia, onde a requerente foi ouvida na qualidade de companheira, e afirma que conviveu por mais de 07 (sete) anos com o *de cujus*, restando comprovada a união estável entre a requerente e o falecido.

Dessa forma, através das provas trazidas à baila, notadamente oriundas de documentos, podendo ser ratificada através de prova testemunhais, resta comprovada a existência da união estável.

6. DOS PEDIDOS

Ante o exposto passa a requerer:

a) A aplicação do rito sumário, para determinar a citação da demandada, na pessoa de seus representantes legais, para, querendo, responder a presente ação, sob pena de revelia;

b) A **PROCEDÊNCIA DA AÇÃO, determinando a parte demandada ao pagamento do Seguro DPVAT, no valor de R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS), cabendo a parte autora o valor de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais)**, conforme previsto pela Lei nº 6.194/73, corrigidos pelo IGP-M desde a data do pagamento administrativo e juros de 1% ao mês desde a citação;

c) a citação de ESTER DOS SANTOS GUEDES, residente e domiciliada no povoado Agua Branca, s/n, município de Manoel Emídio-PI, na condição de dependente do de cujus;

d) seja concedido o benefício de assistência jurídica gratuita a autora, tendo em vista que não possui condições econômicas para arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e sua família;

e) provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especificamente, pericial, documental e depoimento pessoal do Promovente;

f) A condenação da parte ré nas custas processuais e pagamentos de honorários sucumbências arbitradas por Vossa Excelência, onde aponta o percentual de 20% (vinte por cento);

g) De acordo com as novas disposições do art. 321 do NCPC, no tocante à opção de realização ou não de audiência de conciliação e mediação e demais requisitos previstos no art. 319, VII do NCPC, manifesta-se, pela natureza do litígio, que **HÁ INTERESSE NA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO;**

Dá-se a causa o valor de **R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS).**


Termos que

Pede deferimento.

Manoel Emídio/PI, 13 de março de 2019.

DIEGO MARADONES PIRES RIBEIRO

OAB/PI 9.206


MAIARA MESSIAS DE SOUSA RIBEIRO

OAB/PI nº 12.759

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA
DE MANOEL EMIDIO, ESTADO DO PIAUÍ.

DOMINGAS PEREIRA DA SILVA NASCIMENTO, brasileira, viúva, lavradora, portadora do RG n.º 1.763.079 SSP/PI, inscrita no CPF sob n.º 039.465.053-09, residente e domiciliado na Rua Pedro Alvares Cabral, próximo à casa da juventude, Conjunto Marcos Antônio, município de Manoel Emídio/PI, por seus procuradores infra-assinado, mandato anexo, com endereço profissional na Av. 1.º de Maio, n.º 985, Altamira, na cidade de Manoel Emídio/PI, CEP: 64.875-000 vem respeitosamente perante Vossa Excelência, com fulcro na Lei n.º 6.194/74 e Decreto-Lei n.º 73/66, propor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam' o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, n.º 74 – 5.º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

1. DA JUSTIÇA GRATUITA

A demandante é pessoa pobre, não dispondo de condições econômicas para arcar com as custas processuais e os honorários advocatícios sem pôr em risco seu próprio sustento e de seus familiares, razão pela qual pugna, desde logo, pelos

benefícios da Justiça Gratuita, preconizados no art. 5º, inciso LXXIV, da CF/88 e no art. 1º, da Lei nº. 1.060/50.

2. DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO - Art. 319, inc. VII do CPC

Assevera a autora, que opta pela realização de audiência de conciliação nos exatos termos do inciso VII do art. 319 do Novo Código de processo Civil.

3. DOS FATOS

A Requerente é viúva de JOSÉ VICENTE ALVES GUEDES, falecido em 30 de outubro de 2017, por volta das 14h00min, quando estava pilotando uma moto HONDA/BROS 150 TITAN KS, e foi atingindo por veículo FORD RANGER de placa PIV 1883, conduzido pelo sr. FRANCISCO ADALBERTO NUNES, não resistindo aos ferimentos, vindo à óbito, conforme Certidão de óbito e relatório final do Inquérito Policial, que segue em anexo.

Vale destacar que a requerente manteve União Estável com o falecido desde 2007 até a data do óbito em 30/11/2017.

Além de sua companheira o e cujus deixou descendente, ESTER DOS SANTOS GUEDES, nascida em 10/05/1999, documentos pessoais anexo.

Salienta que o direito da autora, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, sendo lhe devido 50% do valor da indenização de 13.500,00 - cobertura morte, correspondente a R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais), sendo que os outros 50% é devido à filha do falecido, uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente a morte e prova de dependentes.

Excelência, diante do fato, seria devido o pagamento do prêmio segurado, na forma do Art. 3º, I, da lei nº 6.194/74, o que foi negado administrativamente, sob alegação de NÃO RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, ora Excelência, segundo o dispositivo contido no art. 5º, da Lei 6.194/74, PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO BASTA SIMPLES PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE, devendo, então, o Segurado participante do Consórcio, efetivar o pagamento do seguro devido a vítima ou seus dependentes, uma vez já preenchidos todos os requisitos legais.

4. DO PRÉVIO PEDIDO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

Como dito alhures, a requerente com o intuito de receber as indenizações decorrentes do seguro DPVAT, requereu administrativamente junto a seguradora requerida a cobertura por Morte, conforme sinistro n.º 3170662495, os quais foram solicitados e acompanhados de toda a documentação necessária.

No caso em tela, a Requerente teve seu pedido de indenização negado sob argumento de NÃO RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, ora Excelência, a justificativa para negativa da requerida não merece prosperar, uma vez que a Requerente juntou toda a documentação exigida pela seguradora, comprovante através de **BOLETIM DE OCORRÊNCIA, CERTIDÃO DE ÓBITO, LAUDO DE EXAME CADAVERÍCO, DOCUMENTOS PESSOAIS DA VITIMA, DOCUMENTOS PESSOAIS DA COMPANHEIRA, PROVA DE COMPANHERISMO através de CADASTRO DA FAMÍLIA NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANOEL EMÍDIO**, que confirma que a autora e seu companheiro residiam juntos e tinha o mesmo domicílio, **DECLARAÇÃO DE HERDEIROS** e etc. Estando portando, satisfeito todos os critérios, para o recebimento do seguro.

5. DO DIREITO

A Autora tem sua pretensão respaldada na Lei n.º "6.194/74 que regula o pagamento das indenizações decorrentes de seguro obrigatório.

Assevera o art. 3º, II:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º **desta Lei compreendem as indenizações por morte**, invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme os valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Conforme a documentação probatória, o nexo de causalidade entre o fato ocorrido (acidente e o dano dele decorrente são inequívocos, fazendo jus a Autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da lei n.º 6.194/74:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

O que não ocorreu, já que a autora teve seu direito legalmente garantido, negado pela seguradora ré.

Assim, tem-se evidenciado:

- a) PROVA DO ACIDENTE: Boletins de Ocorrências n.º 687/2018 e 563/2018 e inquérito policial n.º 30/2017.
- b) PROVA DO DANO DECORRENTE: Certidão de Óbito e Laudo do Exame Cadavérico;
- c) PROVA DO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRA: Comunicação do sinistro NEGADO;
- d) PROVA DE DEPENDENTES: Documentos pessoais da filha e de sua companheira.

Sendo assim, os documentos acostadas no pedido de indenização, suprem a prova necessária para demonstrar o nexo entre o acidente e o evento morte. Demonstrando assim, o direito da Requerente de receber a devida indenização do seguro obrigatório DPVAT, em decorrência da morte de seu companheiro, acrescentado de correção monetária e juros de mora a contar da citação.

5.1 DA COMPROVAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL

A Requerente, é companheira do falecido desde 2007 e fez juntada da **CERTIDÃO DE ÓBITO**, onde a mesma é declarante, **CADASTRO DA FAMÍLIA NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANOEL EMÍDIO**, que confirma que a autora e seu companheiro residiam juntos e tinha o mesmo domicílio, **DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**, onde a autora e o falecido estão declarados como **COMPANHEIROS, TERMO DE DEPOIMENTO**, colhida pela Delegacia de Polícia, onde a requerente foi ouvida na qualidade de companheira, e afirma que conviveu por mais de 07 (sete) anos com o *de cujus*, restando comprovada a união estável entre a requerente e o falecido.

Dessa forma, através das provas trazidas à baila, notadamente oriundas de documentos, podendo ser ratificada através de prova testemunhais, resta comprovada a existência da união estável.

6. DOS PEDIDOS

Ante o exposto passa a requerer:

a) A aplicação do rito sumário, para determinar a citação da demandada, na pessoa de seus representantes legais, para, querendo, responder a presente ação, sob pena de revelia;

b) A **PROCEDÊNCIA DA AÇÃO, determinando a parte demandada ao pagamento do Seguro DPVAT, no valor de R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS), cabendo a parte autora o valor de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais)**, conforme previsto pela Lei nº 6.194/73, corrigidos pelo IGP-M desde a data do pagamento administrativo e juros de 1% ao mês desde a citação;

c) a citação de ESTER DOS SANTOS GUEDES, residente e domiciliada no povoado Agua Branca, s/n, município de Manoel Emídio-PI, na condição de dependente do de cujus;